



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Diretoria de Implantação de Unidades de Conservação e Regularização Fundiária**

Plano de Trabalho - IBRAM/PRESI/SUCON/DIPUC

**PLANO DE TRABALHO PARA A ASSESSORIA DE IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E  
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – ASIREF**

**1. A ASSESSORIA DE IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - ASIREF**

A **Assessoria de Implantação de Unidades de Conservação e Regularização Fundiária (ASIREF)**, dentro da estrutura de administração do Instituto Brasília Ambiental está vinculada diretamente à Diretoria de Implantação de Unidades de Conservação e Regularização Fundiária (DIPUC), que por sua vez responde à Superintendência de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Água (SUCON).

Embora não prevista na Estrutura do IBRAM, Decreto nº 39.852, de 23 de maio de 2019, que altera a estrutura administrativa do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a mesma **tem como objetivo** atender a DIPUC e SUCON em suas inerentes demandas voltadas às oitivas populares e nos desdobramentos anteriores e posteriores dessas oitivas, em apoio aos processos de criação, recategorização, ampliação e desafetação de Unidades de Conservação (UCs) Distritais, de modo que as mesmas estejam devidamente adequadas, administrativa e tecnicamente falando, para a elaboração de plano de manejo, recepcionamento de infraestruturas de implantação e processos de regularização fundiária, facilitando e conduzindo-os quando necessários ou diretamente requisitados.

A criação da ASIREF, que vem a ser uma sigla sugerida para esta Assessoria, advém da visualização pela gestão atual da necessidade de que os processos de implantação e de regularização fundiária de UCs possam ter um **lócus operacional**, de modo a diminuir ao longo do tempo o passivo de UCs Distritais que apresentam inexistência ou inconsistências na sua definição de poligonal, categoria, objetivos ou processo de criação.

Vale-se como **ferramental** inicial da massa crítica e expertise gerada no órgão nos últimos anos no tocante a estes processos, que têm se mostrado favoráveis ao desenvolvimento das atividades previstas para a referida Assessoria, principalmente no tocante às oitivas.

Em relação à **regularização fundiária**, esta atividade tem sido sempre conduzida no âmbito do órgão ambiental de Brasília, à reboque de oportunidades dadas em judicializações advindas dos órgãos de controle, quase sempre promovidas por meio de ações externas ao próprio órgão ambiental, normalmente levadas a termo pela TERRACAP, dado que esta Empresa Pública é a detentora de parte significativa das terras onde incidem as áreas protegidas do DF. Soma-se à isso que há um passivo de UCs que necessitam ter sua delimitação definida antes mesmo de se pensar em regularização, que tem sido saneado, nos últimos anos, de modo disperso e não sistematizado dentro do órgão.

Sobre a **implantação de UCs**, esta tarefa é densa demais apenas para estar afeita a uma Assessoria, e deste modo a mesma se encontra sabiamente dispersa na estrutura do IBRAM vinculada às áreas protegidas, com grande empenho principalmente das três Diretorias Regionais de Unidades de Conservação (DIRUC I, II e III), com o devido planejamento prévio dessas atividades pela DIPUC, por meio da elaboração e revisão de Planos de Manejo.

A **equipe da ASIREF** conta atualmente com um Assessor formalmente designado, o servidor de carreira, Renato Prado dos Santos. Foi solicitado ao mesmo que escolhesse, a partir de uma lista de servidores com conhecimentos em cartografia, pessoas passíveis para apoiá-lo no desenvolvimento das atividades inerentes a ASIREF, assim como que elaborasse um Plano de Trabalho focado nas atividades prioritárias, anteriormente apontadas pelos superiores. Os nomes apresentados aos superiores são os dos servidores:

- Leandro da Silva Gregório;
- Leandro Salles;

- Renata de Vasconcelos Barreto; e
- Sands Xavier da Silva Pereira.

Além destes servidores, importante que se tenha também o **apoio dos topógrafos** vinculados à SUCON. Parte destes já estão cientificada e estão aguardando um escopo de trabalho, que aqui se faz e se oficializa.

Importante ressaltar que estes servidores continuarão com suas lotações e atribuições nas suas respectivas Diretorias atuais, e **farão parte da ASIREF como colaboradores diretos**, dispondo de dias específicos para atuar na mesma, em regime de tele-trabalho, dada a necessidade que se narra a seguir.

Avalia-se que o **local de atuação da ASIREF** preferencial e desejável será o **campo e as cidades satélites** distritais das Regiões Administrativas, onde as diferentes áreas protegidas necessárias de acerto fundiário estão localizadas, assim como estão, também, os atores sociais relevantes a cada uma delas. Também há toda uma parte do trabalho a ser desempenhada, não necessariamente em campo, mas remotamente à Sede do IBRAM, nas regiões administrativas afeitas às UCs prioritárias, a fim de se antecipar e buscar atenuar eventuais conflitos socioambientais inerentes às atividades previstas pela ASIREF. Deste modo, estas características conjuntamente, ensejam que as atividades dos membros da ASIREF sejam preferencialmente desempenhadas em regime de **teletrabalho**, conforme prevê o Decreto nº 39.368, de 04 de outubro de 2018, que institui e regulamenta o teletrabalho no GDF, que certamente poderá ocorrer na residência de cada um dos envolvidos com a ASIREF, em campo ou em Sedes e locais remotos próximos às UCs estudadas.

## 2. OBJETIVOS E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASIREF

Como dito anteriormente, a **ASIREF objetiva** atender a DIPUC e SUCON em suas **demandas de oitivas populares e técnicas**, como Consultas Públicas, Oficinas de Planejamento Participativo (OPPs) e Oficinas Técnicas (OTs), em todas as suas fases, de modo a permitir que as UCs do DF estejam adequadas para a sua implantação e regularização fundiária. Também se pretende na medida do avanço dos trabalhos, **gerar procedimentos padronizados** para as suas atividades, de modo a **criar legado administrativo e legislativo** para a continuidade de suas atividades.

Para tanto, é importante que se tenha uma **visão de curto médio e longo prazo** para a execução de suas tarefas.

Assim, no **curto prazo**, que se avalia como sendo o exercício destes primeiros 12 meses (junho de 2020 até maio de 2021), se **pretende iniciar o atendimento das áreas protegidas apontadas como prioritárias** para os processos de definição territorial e de classe de manejo, sem perder de vista o **término do Processo das demais UCs que já estão em estágios mais avançados de suas oitivas**. As UCs apontadas como prioritárias advêm da coletânea das áreas protegidas com Decisão Judicial transitada em julgado, que praticamente impõe ao IBRAM, com prazo determinado, a focar nelas, como exemplo as UCs das Regiões Administrativas do Recanto das Emas, Candangolândia, Arniqueira, entre outras, assim como outras áreas protegidas que estão em vias de início de elaboração de Planos de Manejo pela DIPUC, que por isso, necessitam ter sua área e categoria de manejo pacificada e legalmente instituída.

No **médio prazo**, que se estabelece como até o final do ano de 2022, se **pretende avançar nas etapas das oitivas anteriormente iniciadas e atender novas e eventuais judicializações**, assim como as prioridades dos superiores e necessidades técnicas, e também **estabelecer marcos legais e técnicos** para os trabalhos, assim como a **compilação das legislações** incidentes em cada uma das UCs trabalhadas, de modo a atender aos demais setores do IBRAM que fazem uso destas. Neste período a ASIREF pretende absorver o conhecimento necessário para dar **início às tratativas** junto aos órgãos detentores de terras do DF, notadamente a TERRACAP, no sentido de **estabelecer procedimentos padrões para a regularização fundiária**, informando às chefias as necessidades de ordem técnica, legal e política para alcançar este objetivo.

Na medida em que os trabalhos avancem, no **longo prazo**, que se avalia como sendo os próximos cinco anos, dezembro de 2024, se **pretende finalizar toda a carga anterior a fim de se ter uma agenda própria correspondente aos anseios técnicos** do quadro do IBRAM, não sendo mais pautado por demandas judicializadas, dado que muitas dessas advêm de problemas decorrentes da falta de acerto territorial ou de categoria. Também se pretende estar com todos os **procedimentos referente à Regularização Fundiária** acertados e respaldados legalmente, de modo que a regularização se dê em bases técnicas negociadas,

respaldadas, sequenciais e dinâmicas, sem a necessidade de intervenções dos órgãos de controle da atividade administrativa, como hoje ocorre.

### 3. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

É notório que as áreas protegidas do DF apresentam **situações inusitadas no tocante a sua legislação**, principalmente em relação à delimitação (quando existente), categorização e inexistência de objetivos específicos de criação, que por sua vez são imprescindíveis para a boa condução da elaboração do seu plano de manejo e implantação. Smj, isso se deve muito em função de que a criação de muitas das áreas protegidas distritais se deram anteriormente à promulgação dos Sistemas Nacional e Distrital de Unidades de Conservação (SNUC e SDUC), que conjuntamente estabeleceram marcos técnicos e legislativos uniformizados para a criação e readequação das mesmas. Soma-se a isso que muitas destas áreas protegidas foram constituídas no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), que basicamente abusou da criatividade na denominação dessas áreas e na falta de marcos territoriais inequívocos de sua abrangência, informando quando muito mera localização ou mesmo deixando muitas vezes esta tarefa de cunho mais técnico para o Poder Executivo, que por sua vez, às ignorou desde então. Mesmo depois do advento do SNUC em 2000 e do SDUC em 2010, a CLDF continuou ainda com equivocados processos de criação de áreas protegidas, que têm sido objeto de **Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN** pelos órgãos de controle. Dado seu efeito *ex-tunc erga-omnes* das ADINs, estas tiram as UCs criadas do ordenamento jurídico, muito embora não tirem a sua importância no mundo real, como foi o caso dos já saneados Parque Ecológico Águas Claras e do Gama. No geral são estas lacunas que têm gerado um grande volume de demandas judiciais à SUCON.

Somado a essa anomia legislativa, têm-se também que as dinâmicas de ocupação no território distrital historicamente apresentam grande **desrespeito às áreas públicas e áreas de preservação permanente (APPs)**, locais onde, via de regra, se materializam as UCs urbanas e peri-urbanas em quase todo o Brasil. Esta apropriação dos espaços públicos protegidos faz com que os mesmos, ao longo do tempo, percam sua relevância ambiental, podendo mesmo fazer com que as UCs neles criadas percam até o seu sentido de existência ou possam mesmo vir a apresentar conflitos socioambientais que beiram a insustentabilidade, no sentido que sua solução pode trazer imensos impactos de ordem social, legal, técnica e até política. Como no Distrito Federal a população tem grande proximidade com agentes dos poderes constituídos, que podem agir no sentido de impedir o avanço das propostas técnicas apresentadas, avalia-se que as soluções técnicas apresentadas devem sempre ser construídas de modo transparente e paulatinamente, de modo que recepcionem contribuições locais e possam evidenciar as possibilidades e limitações técnicas em cada caso concreto, sem perder de vista a obrigação do IBRAM de criar espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, focado na defesa de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida para as presentes e futuras gerações, conforme prevê o art. 225 da Constituição Federal de 1988.

Basicamente, são estas duas frentes problemáticas que a atuação da ASIREF terá de enfrentar corriqueiramente, em suma, **anomia legislativa e anomia territorial**.

É bom enfatizar que, não necessariamente, os dois problemas apontados afetam todo o conjunto das UCs distritais homogeneamente. Conforme diagnóstico do Grupo de Trabalho criado pela **Instrução Normativa nº 106, de 27 de julho de 2015**, focado no levantamento e sistematização de dados espaciais e tabulares das Unidades de Conservação e dos Parques (Parques Urbanos, Parques Vivenciais e Parques de Uso Múltiplo) localizados no DF, cerca de um terço das áreas protegidas distritais não precisam de esforços de (re)definição de poligonal e (re)categorização; um outro terço das restantes precisa de um ou outro destes empenhos, sendo estes executados mais facilmente, dado que há poucas pressões locais; e por fim o último terço necessita de trabalhos mais pesados e complexos desta natureza, e muitas destas UCs até podem ser objeto de desafetação plena (deixar de existir), dada que a ocupação territorial tomou proporções praticamente irreversíveis.

Mais recentemente, por meio da **Instrução Normativa nº 18, de 09 de dezembro de 2019**, foi instituída uma Comissão Interdisciplinar responsável por implantar as Unidades de Conservação. A compilação dos dados de trabalho se prestará enormemente para balizar as atividades e as novas prioridades da ASIREF. Muito provavelmente o diagnóstico dessa nova Comissão não será algo muito distante do verificado em 2015, dado

que pouco se fez no tocante à regularização das UCs distritais no interstício de tempo entre os dois grupos de trabalho.

Neste presente momento inicial a atividade da **ASIREF focará mais no curto prazo**, conforme foi anunciado no item 2 anterior. Mais ao final se darão possíveis caminhamentos para o atendimento da demanda mais complexa e demorada da ASIREF, que é a regularização fundiária.

Entre procedimentos técnicos iniciados e a iniciar, que correspondem em grande medida ao terço mais problemático das UCs distritais, conforme dito anteriormente, está exposto no quadro abaixo, que indica as **Unidades de Conservação foco da ação mais imediata e de término** pelo corpo técnico da ASIREF, conforme negociado entre as chefias para as quais a ASIREF diretamente responde:

**Quadro 1: UCs prioritárias para a ação da ASIREF**

Prioridade	Nome da UC	Consulta Pública (foco)
1	Parque Ecológico e Vivencial da Vila Varjão	Criação (devido ADIN)
2	Refúgio de Vida Silvestre Morro do Careca	A definir cf. estudos
3	Parque Ecológico dos Pioneiros	Recategorização e definição de poligonal, está sendo feita junto com a 4
4	ARIE do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo	Recategorização e definição de poligonal, está sendo feita junto com a 5
6	Parque Ecológico Sucupira	Definição de poligonal
7	Parque Urbano Ponte Alta do Gama	Definição de poligonal e recategorização
8	Parque Ecológico Areal	Recategorização e definição de poligonal
9	Parque Ecológico Ezechias Heringer	A definir cf. estudos
10	Parque Ecológico do Lago Norte	Definição de poligonal
11	Parque Ecológico das Garças	A definir cf. estudos
12	Parque Ecológico Península Sul	Redefinição de poligonal. Fazer CP juntamente com a 13
13	Parque Ecológico do Anfiteatro Natural do Lago Sul	Desafetação por união com o Parque Ecológico Península Sul (12)
14	Monumento Natural Dom Bosco	A definir cf. estudos
15	Parque Ecológico e Vivencial de Sobradinho	A definir cf. estudos, podem ser feito junto com o 16 e 17
16	Parque Urbano Centro de Lazer e Cultura Viva Sobradinho	A definir cf. estudos, podem ser feitas junto com a 15 e 17
17	Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema	A definir cf. estudos, podem ser feitas junto com a 15 e 16
18	Parque Ecológico Olhos D'Água	A definir cf. estudos
19	Parque Ecológico do Riacho Fundo	A definir cf. estudos

20	Parque Ecológico dos Jequitibás	A definir cf. estudos
21	Parque Distrital dos Pequizeiros	A definir cf. estudos
22	Parque Ecológico Sementes do Itapoã	A definir cf. estudos
23	Parque Ecológico e Vivencial do Rio Descoberto	A definir cf. estudos
24	Parque Ecológico da Cachoeirinha	A definir cf. estudos
25	Parque Distrital Recanto das Emas	A definir cf. estudos
26	Parque Ecológico Águas Claras	A definir cf. estudos
27	Floresta Distrital dos Pinheiros	A definir cf. estudos
28	Refúgio de Vida Silvestre Garça Branca	A definir cf. estudos
29	Reservas Ecológicas no Lago Paranoá	A definir cf. estudos
30	Parque Enseada Norte	A definir cf. estudos
31	Parque Ecológico e Vivencial do Retirinho	A definir cf. estudos
32	Parque Ecológico e Vivencial de Santa Maria	A definir cf. estudos
33	Parque Ecológico Sementes do Itapuã	Redefinição de poligonal (ampliação)

Como o quadro deixar perceber, muitas das UCs presentes no quadro acima ainda carecem de um **diagnóstico mais preciso** do que há de ser feito, visto que toda a legislação de cada uma dessas áreas protegidas necessita ainda ser analisada, assim como se deve proceder com trabalhos de campo para referendar ou refutar a pesquisa inicial. A partir deste diagnóstico mais preciso, pode ser que a área protegida venha a receber uma prioridade maior ou até mesmo deixe de constar como prioritária ou necessária de qualquer trabalho da ASIREF, já podendo ser foco de regularização fundiária.

Também se enfatiza que parte das áreas protegidas elencadas se encontram em **diferentes etapas de sua definição territorial e recategorização**, e elas devem ser continuadas a fim de que não haja apenas o esforço inicial de regularizá-las, sem no entanto alcançar o fim almejado.

Evidencia-se que a **ASIREF considera um processo encerrado apenas após a área protegida ter sido objeto da devida legislação que a regule em definitivo**, como foi o complexo caso do Parque Distrital das Copaíbas, que teve sua poligonal definida em Decreto e a sua recategorização em Lei Complementar.

#### 4. PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS

**Não existe um manual oficial do IBRAM de procedimentos de Regularização Fundiária, nem legislação distrital** condicionada a procedimentos específicos, não obstante algumas de suas etapas possuem regulamentos, como é o caso da Consulta Pública, seja ela voltada para a criação, recategorização, ampliação ou de desafetação parcial ou total de uma UC. No entanto é pacífico que para se promover a regularização fundiária é importante que exista previamente uma área protegida devidamente criada, com poligonal legalmente estabelecida de modo inequívoco, e para isso, a Consulta Pública é uma necessária etapa, e esta possui um ordenamento legislativo mínimo, condensado no DF por meio da **Instrução IBRAM nº 650, de 13 de outubro de 2017**, que dispõe sobre procedimentos administrativos para a realização de Consulta Pública para a criação, recategorização, ampliação desafetação de Unidades de Conservação Distritais.



A Lei Complementar nº 827, de 22 de julho de 2010, que institui o Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza – SDUC, impõe que a **criação de UCs deve ser precedida de Estudos Técnicos e de Consulta Pública** (§ 1º do art. 21). Não obstante, nada é dito nesta legislação e em outras em relação ao conteúdo mínimo destes Estudos Técnicos. Assim, devido à possibilidade de subjetividade permitida no caso e smj, esses Estudos podem ser formalizados no Processo de diversos modos, podendo ser de fato um compêndio de estudos focados para o caso em questão, ou advir de estudos presentes em Decisões emanadas dos órgãos de controle, em Pareceres e Informações Técnicas constantes ou a serem inseridas no Processo, assim como advir de revisões bibliográficas e estudos pertinentes à área foco. Defende-se aqui que o importante mesmo é que o analista se sinta seguro e confiante do que estará defendendo tecnicamente na ocasião da Consulta Pública, não devendo se preocupar com a forma do Estudo em si, mas sim com o seu conteúdo e relevância para a proteção que se almeja alcançar com a criação ou efetivação da área protegida.

No IBRAM as Consultas Públicas, nos últimos anos, têm sido promovidas a partir da compreensão da necessidade de **alta transparência e processos minimamente participativos**, o que tem entregado à sociedade como resultado final poligonais e categorias de manejo para as UCs construídas conjuntamente com os interessados locais, logicamente que dentro das possibilidades de inserção e legislativas. Tais processos tem sido conduzidos pelo hoje Assessor de Implantação de UCs e Regularização Fundiária, o servidor Renato Prado dos Santos, e este discutirá com os demais membros a possibilidade de aperfeiçoamento do *modus operandi*, na medida da sua necessidade, visando dar uniformidade aos processos e mais a frente estabelecer um rito próprio ao órgão.

Deste modo, como está cogitado um grupo de quatro ou cinco servidores que tocarão esta agenda, com o apoio do grupo de topógrafos do IBRAM, as UCs serão divididas entre estes na medida da manifestação de interesse de cada um deles, a fim de se sentirem plenamente à vontade para o desenvolvimento, aprendizado e aperfeiçoamento das tarefas, e serão eles **devidamente acompanhados pelo mais experiente** na demanda, que sempre que necessário, orientará e assumirá o Processo, em caso de necessidades pontuais.

A depender do propósito da oitiva, se de criação de uma nova Unidade de Conservação ou readequação de uma existente, ou mesmo se de subsídio à elaboração do planejamento de UCs já criadas e promoção de sua regularização fundiária, as **etapas as serem atendidas**, em cada caso, serão as seguintes:

#### **I. Consulta Pública de criação de uma nova UC:**

- Recepcionamento da demanda de criação interna ou externamente ao órgão. Se a demanda estiver fora do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, ou estiver em um Processo SEI mais amplo, como de Licenciamento Ambiental ou Decisão Judicial, por exemplo, criar um Processo específico focado na criação da UC;
- Estudo Técnico:
  - Se inexistente, solicitar formalmente ao corpo técnico da DIPUC ou ao demandante externo que o promova e o encaminhe para análise;
  - Se existente, fazer sua leitura para compreensão das dinâmicas ambientais, sociais e econômicas que envolvem a área;
- Analisar a pertinência da proposta de UC e sua categoria presente no Estudo, considerando a vocação da área, importância biológica, estado de preservação, pressões e oportunidades de entorno e a solução técnica dada. Se não estiver de acordo, solicitar explicações, complementação, readequação e/ou redirecionamento dos resultados do mesmo para uma melhor solução técnica, mesmo que isso demande tempo e trabalho de campo seu ou de outro. É imprescindível que os Estudos gerem confiança no analista, dado que se não gerarem nele, que o defenderá em público, que dirá então na população diretamente afetada. Somente após isso, e se de acordo com o conteúdo do Estudo, proceder com as etapas subsequentes;
- A partir da compreensão da UC pela leitura do Estudo Técnico, mapear os atores sociais porventura interessados (positiva e negativamente), sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, na proposição dessa nova área protegida. Junto a estes, buscar saber de um local adequado para realização da Consulta, assim como das principais potencialidades e entraves para a existência da UC, normalmente, é o

Auditório da Administração Regional local. Atente que entes da própria administração pública podem ser também considerados parte interessada, como por exemplo a TERRACAP, Administrações Regionais, SEDUH, etc;

- Se julgar necessário, promover reuniões prévias de alinhamento interinstitucional e setorial, no intuito de explanar a proposta, mapear, solucionar, atenuar ou mesmo evidenciar posicionamentos divergentes sobre enfrentamentos, entraves e conflitos socioambientais;
- deliberar Deliberar se a Consulta Pública será presencial ou remota, pela internet, algo a ser considerado seriamente em tempos de Pandemia de coronavírus. Indiferente da modalidade, solicitar da Presidência (PRESI) e da Assessoria de Comunicação (ASCOM) do IBRAM para procederem com a publicidade da Consulta Pública de criação, obedecendo os ritos previstos na Instrução IBRAM nº 650/2017, quais sejam:
  - Publicação no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) de aviso de consulta pública com antecedência mínima de 30 dias, convidando a sociedade em geral e informando o(s) objetivo(s) da consulta pública, a categoria e nome da unidade de conservação, data, local e hora da sua realização;
  - Expedição de convite para as entidades interessadas, podendo o convite ser por meio eletrônico ou físico;
  - Publicação na rede mundial de computadores (internet) da justificativa para a criação e mapa da proposta.
- No caso da Consulta ser via internet, dispor de um prazo de pelo menos 45 dias para a realização da Consulta, considerado nele os 30 dias de publicidade e os 15 dias mínimos de recepção de contribuições;
- Embora não seja obrigatório, é interessante elaborar um *flyer* de convocatória da Consulta e o disseminar em redes sociais, como Facebook, Instagram e WhatsApp. Estas redes muitas vezes fazem um serviço de divulgação excelente e praticamente de custo zero;
- Inserir no Processo SEI documentos comprobatórios dessas comunicações;
- Imprimir uma lista de presença, com capacidade de ao menos 100 assinantes, constando nela espaço para nome e correio eletrônico dos presentes, a fim de posterior encaminhamento de informações, dirimir dúvidas e recepcionamento de eventuais contribuições;
- Elaborar uma apresentação de slide que não tome mais que 30-45 minutos de explanação, de modo a explicitar e apresentar aos presentes:
  - Sua qualificação técnica no Processo;
  - O que é Consulta Pública;
  - O que é Unidades de Conservação;
  - Breve síntese dos Estudos Técnicos;
  - A categoria defendida e suas implicações locais e regionais;
  - Premissas norteadoras do trabalho;
  - A poligonal defendida e suas implicações locais e regionais;
  - Contato e prazo para recepcionamento de contribuições.
- Quando presencial, no dia da Consulta Pública, ir sempre acompanhado de um ou mais técnicos de apoio, que te auxiliarão na instalação e preparação do local, no correr da lista de presença, realização de inscrição de falas e manifestações, dar apoio nas respostas institucionais, fotografias e gravação (se prevista), etc;
- Encerrada a parte presencial da Consulta, proceder com a digitalização da lista de presença e compilação dos nomes e e-mails a fim de estabelecer um canal de transparência e diálogo com a audiência;
- No Processo SEI elaborar uma Informação Técnica narrando o andamento da Consulta. Quando assinada, esta Informação deve ser encaminhada ao superior para ciência e repassar cópia dela aos

presentes na lista, reforçando na comunicação o prazo de recepcionamento de contribuições;

- Na medida do recepcionamento das contribuições, ir inserindo as mesmas no Processo, avaliando o atendimento de eventuais pedidos de ampliação de prazo, vistas ao Processo, reuniões setoriais, etc, de modo a evidenciar aos locais que o órgão está aberto à comunicação e recepcionamento de contribuições, que serão acatadas sempre na medida da sua pertinência técnica e legal. No caso de reuniões, proceder com Ata assinada, caso seja tensa ou tenha gerado acordos e compromissos gravosos para qualquer uma das partes, ou Nota Informativa da mesma, a fim de evidenciar processualmente sua realização e eventuais compromissos assumidos ou distensão;
- Consolidado o entendimento da melhor proposta de poligonal a partir da análise das contribuições, proceder em ambiente de Sistema de Informação Geográfica – SIG e em formato *shapefile* a poligonal definitiva da UC, fazendo uso do vigente referencial cartográfico do DF, SIRGAS-2000, fuso 22 ou 23, conforme o caso. A delimitação da UC deve ser vetorizada a partir da base de dados espaciais de imagem de sensoriamento remoto uso de outras bases de apoio que se mostraram importantes no processo, como cercas, lotes escriturados, drenagens, nascentes, estradas, APPs, UCs adjacentes, etc, na maior escala possível, logicamente que considerando a resolução espacial das imagens e escala de abordagem de vetorização dos vetores empregados. Promova a delimitação fazendo o uso mínimo de vértices, eliminando os desnecessários e redundantes. Este cuidado todo é porque será a partir dessa vetorização que serão extraídos os vértices que comporão o memorial descritivo e o mapa da UC, a serem disponibilizados na legislação a ser decretada e na base de dados do IBRAM;
- Esgotado o prazo de recepcionamento de contribuições dado ou ampliado, elaborar no SEI um Parecer Técnico respondendo nele todas as contribuições recepcionadas, mesmo que sejam redundantes, óbvias, repetidas, não fundamentadas ou mesmo deselegantes, sempre as respondendo de modo empático, respeitoso, objetivo, técnico, transparente, respaldado na legislação incidente, nos acontecimentos após a realização da Consulta, e também no conhecimento ambiental. O Parecer obrigatoriamente deve ser conclusivo sobre a poligonal anteriormente consolidada, sobre a categoria da UC e objetivos de criação da UC. Quando assinado, deve ser encaminhado ao superior para ciência e à lista de email de contato para salvaguarda da transparência e capilaridade da informação;
- Após anuência do Parecer pelos superiores, proceder com a elaboração de:
  - Justificativa e Motivação para a Criação da UC;
  - Minuta do Decreto, contendo minimamente:
    - Nome, categoria e região administrativa da UC;
    - Área (em hectares), perímetro (em metros) e referencial cartográfico empregado;
    - Objetivos de criação da UC;
    - Memorial Descritivo e mapa da UC.
- Encaminhar estes documentos ao superior para ciência e posterior reencaminhamento:
  - À Procuradoria Jurídica do IBRAM (PROJU) para manifestação sobre a Minuta de Decreto;
  - Ao Ordenador de Despesa (SUAG) para manifestação sobre o impacto financeiro da criação da UC.
- Sendo favoráveis as manifestações da PROJU e da SUAG, solicitar via Despacho ao Presidente do IBRAM que encaminhe o Processo à Casa Civil para apreciação e decreto Governamental.

Os procedimentos acima valem plenamente no caso de **criação de uma Unidade de Conservação objeto de ADIN**, principalmente no caso de vício de origem, se atentando que toda a legislação anterior e processos administrativos podem bem atender como Estudo Técnico, a serem complementados ou não conforme a necessidade. E a fim de evitar futuros questionamentos sobre o rito de criação, sempre orientar os superiores para que a criação se dê por meio de Decreto, nunca por Lei.

Por sua vez, o rito no caso de **categorização, recategorização, ampliação e desafetação de UC**, seja desafetação total ou parcial, obedece a trâmite administrativo muito parecido com o anterior, por isso suas



etapas serão abaixo condensadas, sendo que para estudo técnico pode se valer inclusive de decisões dos órgãos de controle ou processo onde tais necessidades já foram esgotadas minimamente. Nestes casos de **definição ou redefinição de poligonal** como o DF possui várias UCs sem poligonal inequívoca, busque não inovar exageradamente, estabelecendo limites territoriais para a ação institucional por meio do uso inicial das poligonais de senso comum local associadas com as **poligonais esquemáticas** presentes nos Mapas Ambientais do DF. Sobre a **categorização ou recategorização**, como temos um conjunto de UCs com categoria inadequadas ou incertas, e também esforços anteriores que diagnosticaram isso, faça uso deles, principalmente o provenientes do Grupo de Trabalho de recategorização criado por meio da Portaria Conjunta SEMA e IBRAM nº 03, de 24 de junho de 2014 e Instrução IBRAM nº 47, de 05 de maio de 2015. E por fim, aproveitando o ensejo da confecção de uma nova legislação sobre a UC, verificar a necessidade de **readequar os objetivos às realidades verificadas** em campo.

## II. Consulta Pública de recategorização, ampliação e desafetação de uma UC existente:

- Recepcionamento da demanda de recategorização, ampliação e desafetação parcial ou plena via SEI, avaliando a necessidade de se ter um Processo SEI específico;
- A legislação não estabelece a necessidade de Estudo Técnico nestes processos. No entanto são bem vindos e normalmente são feitos a partir do desenvolvimento do Processo SEI, assim como podem ser aperfeiçoados ao longo da dinâmica participativa da Consulta. Aliás, avalia-se que a própria Consulta é o Estudo mais adequado para estas demandas, dado ser participativa e normalmente antecedida e precedida de trabalhos de campo e reuniões setoriais;
- Quando a demanda permitir ou impuser trabalhos de campo ou reuniões interinstitucionais ou setoriais, fomentar a criação e uma força tarefa local em apoio aos trabalhos de campo, a fim de se respaldar, localmente, do que será ofertado à comunidade, assim como capilarizar as decisões e evidenciar o caráter participativo e horizontal do Processo. Nestes encontros buscar sempre por alinhamentos interinstitucional e setorial, almejando construir uma proposta de consenso mínimo, de modo a mapear, solucionar, atenuar ou mesmo evidenciar posicionamentos divergentes sobre enfrentamentos, entraves e conflitos socioambientais;
- As idas a campo e reuniões podem ser objeto de um ou mais inventários fotográficos, Informação Técnicas e/ou Notas Informativas, de modo a evidenciar processualmente os esforços empreendidos;
- Esgotado os Estudos, deliberar se a Consulta Pública será presencial ou remota. Indiferente da modalidade, proceder com a publicidade da Consulta Pública de criação, obedecendo os ritos previstos na Instrução IBRAM nº 650/2017, anteriormente vistos;
- Se a Consulta vier a ser pela internet, deve dispor de um prazo de pelo menos 45 dias para a realização da Consulta, já considerando nele os 30 dias de publicidade e os 15 dias mínimos de recepção de contribuições;
- Embora não obrigatório, elaborar um *flyer* de convocatória da Consulta e o disseminar em redes sociais, como Facebook, Instagram e WhatsApp;
- Inserir no Processo SEI documentos comprobatório dessas comunicações;
- Imprimir uma lista de presença, com capacidade de ao menos 100 assinantes, constando nela espaço para nome e correio eletrônico dos presentes;
- Elaborar uma apresentação que não tome mais que 30-45 minutos, de modo a explicitar e apresentar aos interessados:
  - Sua qualificação técnica no Processo;
  - O que é Consulta Pública;
  - O que é Unidades de Conservação;
  - Breve síntese dos Estudos Técnicos, caso avalie pertinente;
  - Histórico legislativo da UC;
  - Conforme o caso:

- As premissas norteadoras do trabalho;
- A categoria existente e a considerada na recategorização e suas implicações locais e regionais;
- A poligonal existente e a considerada na redefinição de poligonal e suas implicações locais e regionais;
- As razões que levam o órgão ambiental a desafetar plenamente a área da UC.
  - Contato e prazo para recepcionamento de contribuições.
- Quando presencial, no dia da Consulta Pública, ir sempre acompanhado de um ou mais técnicos de apoio;
- Encerrada a parte presencial da Consulta, proceder com a digitalização da lista de presença e compilação dos nomes e e-mails;
- No Processo SEI, elaborar uma Informação Técnica narrando o andamento da Consulta. Quando assinada, encaminhar ao superior para ciência e repassar cópia dela aos presentes na lista, reforçando na comunicação o prazo de recepcionamento de contribuições;
- Na medida do recepcionamento das contribuições, ir inserindo as mesmas no Processo, avaliando o atendimento de eventuais pedidos de ampliação de prazo, vistas ao Processo, reuniões setoriais, etc, de modo a evidenciar aos locais que o órgão está aberto à comunicação e recepcionamento de contribuições, que serão acatadas na medida da sua pertinência técnica. No caso de reuniões, proceder com Ata assinada ou Nota Informativa da mesma;
- Após consolidada a poligonal após consideração das contribuições, consolidado o entendimento da melhor proposta de poligonal a partir da análise das contribuições, proceder em ambiente de Sistema de Informação Geográfica – SIG e em formato *shapefile* a poligonal definitiva da UC, fazendo uso do vigente referencial cartográfico do DF, SIRGAS-2000, fuso 22 ou 23, conforme o caso. Na (re)definição de poligonal faça uso de imagens de sensoriamento remoto e uso de bases vetoriais que se mostraram importantes no processo, sempre na maior escala possível. Promova a delimitação fazendo o uso mínimo de vértices, eliminando os desnecessários e redundantes. finalizado, extraia os pares de coordenadas dos vértices e faça o memorial descritivo e mapa da UC;
- Esgotado o prazo de recepcionamento de contribuições dado ou ampliado, elaborar um Parecer Técnico respondendo todas as contribuições recepcionadas. O Parecer, obrigatoriamente, deve ser conclusivo sobre o(s) objetivo(s) da Consulta, deixando inequívoca a decisão final. Quando assinado, o mesmo deve ser encaminhado ao superior para ciência e à lista de email de contato para salvaguarda da transparência e capilaridade da informação;
- Após anuência do Parecer pelos superiores, proceder com a elaboração de:
  - Justificativa e Motivação para a definição de poligonal, recategorização, ampliação ou desafetação da UC, conforme o caso;
  - Minuta do Decreto ou Lei, contendo minimamente, conforme o caso:
    - Nome e nova categoria da UC;
    - Nova área (em hectares), perímetro (em metros) e referencial cartográfico empregado;
    - Complementação dos objetivos de criação da UC, quando pertinente;
    - Memorial Descritivo e mapa da nova poligonal da UC;
    - Nome e categoria da UC a ser plenamente desafetada.
- Encaminhar estes ao superior para ciência e posterior reencaminhamento à:
  - Procuradoria Jurídica do IBRAM (PROJU) para manifestação sobre a Minuta de Decreto ou Lei;
  - Ordenador de Despesa (SUAG) para manifestação sobre o impacto financeiro da recategorização, (re)definição de poligonal ou desafetação plena da UC.
- Após manifestação favorável da PROJU e da SUAG:
  - Se a UC tiver sido anteriormente criada por Decreto:

- Encaminhar via Despacho o Processo ao Presidente do IBRAM para ciência, solicitando que o encaminhe à Casa Civil para decretação do Governador, para apreciação e decretação das alterações propostas em sua poligonal, categoria ou extinção da mesma, conforme o caso;
- Se a UC tiver sido anteriormente criada por Lei:
  - Encaminhar via Despacho o Processo ao Presidente do IBRAM para ciência, solicitando que o encaminhe para a Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, para promoção de tratativas junto à CLDF;
- Por fim, no caso de Consulta Pública apenas de recategorização, assim que decretada ou promulgada a nova categoria, a mesma deve constar nas bases de dados oficiais do IBRAM. E no caso de desafetação total da área, ou seja, a extinção da UC, ela deve ser suprimida nas bases de dados oficiais do IBRAM, sendo expedido informe a todo o IBRAM via SEI.

### III. Oficinas de Planejamento Participativo e Oficinas Técnicas:

Outra demanda que a ASIREF buscará atender, em benefício da elaboração ou revisão de planos de manejo das UCs distritais, são as **Oficinas de Planejamento Participativo (OPPs) e Oficinas Técnicas (OTs)**.

Estas duas modalidades de oitivas são comumente empregadas no intuito de **angariar subsídios locais para o aperfeiçoamento de Planos de Manejo de UCs**, sendo a OPP de cunho mais popular, enquanto que a OT possui um caráter e presença de atores mais técnico, sendo ambas importantes e complementares. Muito embora elas venham sendo praticadas, em todo o Brasil, para a finalidade anunciada anteriormente, não existe nenhuma regulamentação sobre a sua condução, e deste modo os técnicos as tem praticado fazendo uso de diversos instrumentos de planejamento, tais como matriz FOFA ou SWOT, questionário dirigido, diagramas de Veen e de Espinha de Peixe, uso de tarjetas e *flip chart*, mapas falados, dentre outras abordagens possíveis.

Assim como as Consultas Públicas, **a realização das OPPs e das OTs pode se dar de modo presencial ou remoto**, pela internet, a depender da melhor solução deliberada pelo corpo técnico envolvido com o planejamento.

Deixa-se claro que a ASIREF se coloca à disposição para dar apoio a estas demandas sempre que solicitada, e desde já, reforça a necessidade de que na convocatória das mesmas se faça uso de **denominação uniformizada**, a fim de, primeiramente, não as confundir com outras modalidades de oitiva, que podem possuir desdobramentos jurídicos, assim como reforçar a noção institucional de uma metodologia minimamente única e uniformizada. E na medida de manifestação de interesse da DIPUC ou SUCON, a ASIREF se dispõe também na contribuição do estabelecimento de **base legislativa para a execução dessas oitivas**, de modo a estabelecer procedimentos mínimos para a sua aplicação.

### IV. Regularização Fundiária:

Foi dito anteriormente que a demanda referente à **regularização fundiária será paulatinamente empreendida no âmbito do IBRAM**, sendo concebida de modo estratégico com demais órgãos da administração pública detentores da dominialidade territorial distrital, principalmente a TERRACAP, dado que sem a construção de uma ponte de diálogo, muito provavelmente não se verificará a concretude da demanda, ou se realizará a custa de um esforço muito grande. Indiferente disso, desde já se estabelece que **algumas premissas** poderão ser extraídas das seguintes fontes iniciais de leitura, além de outras porventura consideradas mais adiante:

- CHEADE, M. F. **A regularização fundiária de unidades de conservação federais: termos, normas, estrutura e procedimentos – Subsídios para conhecer o processo**. Dissertação de mestrado em Biodiversidade em Unidade de Conservação, 2015.
- Instituto Brasília Ambiental (IBRAM). **Despacho SEI-GDF IBRAM/SUCON/DIRUC-I/PPLAN (27266239)**. Minuta de Instrução Normativa para Regularização Fundiária das UCs distritais, 2019.

- \_\_\_\_IBRAM. **Relatório SEI-GDF nº 2/2019 - IBRAM/PRESI/SUC/DIRUC-I/PPLAN** (1343/040). Manifestação institucional sobre a Consolidação Territorial das UCs distritais, 2019.
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Instrução Normativa ICMBio nº 002, de 3 de setembro de 2009**, que regulamenta os procedimentos técnicos e administrativos para a indenização de benfeitorias e desapropriação de imóveis rurais localizados em unidades de conservação federais de domínio público, 2009.
- \_\_\_\_ICMBio. **Cartilha de regularização fundiária de Unidades de Conservação Federais**. S.D.
- \_\_\_\_ICMBio. **Instrução Normativa nº 4, de 02 de abril de 2020**, que estabelece procedimentos técnicos e administrativos para a indenização de benfeitorias e a desapropriação de imóveis rurais localizados no interior de unidades de conservação federais de posse e domínio público, 2020.
- Ministério Público Federal (MPF). **Manual de atuação em regularização fundiária em Unidades de Conservação**. Série Manuais de Atuação, 2014.
- OLIVEIRA, L. J. D. **Regularização fundiária de Unidades de Conservação**. Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União, 2010.
- Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). **Segundo Monitoramento: Gestão pelo IBRAM das Unidades de Conservação Ambiental – UCs**, 2017.

Já existe demanda de que **três áreas protegidas sejam objetos de esforços de regularização fundiária**, em função de as mesmas serem estarem sobre o escrutínio de possibilidades de concessão de uso. Dada a inexistência ainda de parametrização de procedimentos para a sua promoção, os trabalhos serão tocados de modo não sistêmico, conforme as especificidades e possibilidades de cada uma delas:

**Quadro 2: UCs prioritárias para regularização fundiária**

Prioridade	Nome da Unida de Conservação
1	Área de Relevante Interesse Ecológico do Bosque
2	Parque Ecológico Bernardo Sayão
3	Parque Distrital Salto do Tororó

Na medida do avanços dos trabalhos, é interessante que outras UCs prioritárias para a regularização fundiária surjam de um **diálogo interinstitucional com a TERRACAP**, a fim de saber quais UCs podem ser mais tranquilas em um primeiro momento para a promoção da regularização fundiária. Deste modo, é possível, em um segundo momento, de se criar um ambiente de superação de desafios à equipe e também estabelecer procedimentos mínimos e mapear pontos focais de contatos interinstitucional, de modo a superar eventuais entraves burocráticos e administrativos, lacunas legislativas e pontos de vistas e compreensões divergentes.

## 5. PROPONENTE

Este é o Plano de Trabalho que se apresenta para as atividades prioritárias a serem desenvolvidas pela Assessoria de Implantação de Unidades de Conservação e Regularização Fundiária – ASIREF, no intuito de **dar aos superiores e aos demais membros dessa Assessoria um panorama das atividades** que nos aguarda. Embora se pretenda bem objetivo e estudado para o exercício de curto, médio e longo prazo, ele pode ser readequado pontualmente em função de novas judicializações e demandas específicas, desde que estas não inviabilizem as que estiverem em curso de término.

Finalizando, é importante que seja evidenciado aos superiores que **a missão da regularização fundiária é complexa e demanda tempo para compreensão das nuances territoriais de cada Unidade de Conservação**, assim como que sua etapa de criação ou ajuste de UCs seja construída de modo participativo e transparente com a sociedade. Além disso, deve ser negociada com os detentores de terras, sejam eles privado ou público. Com isso se gera no âmbito das pessoas e dos órgãos envolvidos uma **massa crítica (expertise) e procedimentos** minimamente acordados e estabelecidos legislativa e administrativamente, mas uma vez solucionada com efetividade, permite que a UC se abra para possibilidades anteriormente restritas pela falta de dominialidade, como a concessão de serviços de utilidade pública, gestão compartilhada e Parcerias Públicas Privadas.

Sem mais, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

**Renato Prado dos Santos**

*Assessor de Implantação de UCs e Regularização Fundiária*

## 6. APROVAÇÃO DOS SUPERIORES HIERÁRQUICOS

De acordo com o anteriormente exposto.

**Irving Martins Silveira**

*Diretor substituto*

*Diretoria de Implantação de Unidades de Conservação e Regularização Fundiária*

De acordo com o anteriormente exposto.

**Rejane Pieratti**

*Superintendente de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Água*



Documento assinado eletronicamente por **RENATO PRADO DOS SANTOS - Matr. 0264471-1, Assessor(a)**, em 22/06/2020, às 11:24, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **42133358** código CRC= **F73A9997**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SEPN 511, BLOCO C - Bairro Asa Norte - CEP 70750-543 - DF